

Governo prepara medidas para reduzir preço do gás natural

DE SÃO PAULO

O Governo Federal prepara um decreto para alterar regras do setor de gás natural. O objetivo é aumentar a oferta do produto e reduzir preços entre 35% a 40%, uma bandeira antiga que vem atravessando diversos governos, mas sem sucesso.

A expectativa é de que o pacote seja anunciado na próxima segunda-feira, após reunião e aprovação das medidas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A informação foi divulgada pelo jornal Valor Econômico, e confirmada pela reportagem.

De acordo com uma minuta do decreto, haverá quatro medidas que são consideradas principais pelo governo.

A primeira vai permitir que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tenha instrumentos para estabelecer um preço-teto pelo uso dos gasodutos do alto-mar, onde é extraído, até a costa. A ANP terá que levantar informações sobre os custos e investimentos amortizados por esses dutos para então definir a remuneração máxima de uso.

Hoje, há uma reclamação entre os grandes consumidores de gás de que a Petrobras tem como parâmetro o custo de oportunidade de venda do produto. Com isso, a petrolífera estabelece o preço com base no Gás Natural Liquefeito (GNL), que chega ao País de navio, e tem custo mais elevado.

Em paralelo, o governo estuda uma medida para que a estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) possa concorrer

SEGMENTO DE ARROZ

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que tem ficado “no pé do ministro da Agricultura”, Carlos Fávaro, para que ele baixe o preço do arroz. Durante comício da campanha de Guilherme Boulos (PSOL) em São Paulo, Lula disse ter se admirado ao ir a um supermercado e visto que o preço do arroz estava em R\$ 36. “Estou no pé dele (Fávaro) para ele baixar o preço do arroz porque eu disse que ia baixar o preço da picanha, e a picanha baixou. A gente pode fazer as coisas acontecerem neste País”, disse o petista, emendando que o Brasil está com o menor desemprego nos últimos 14 anos. O alimento não tem preço controlado pelo setor público. Com as chuvas de maio no Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, o governo decidiu importar arroz, o que irritou o setor. Mas em junho, acabou anulando os lotes arrematados no leilão de compra pública de arroz importado e beneficiado, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), após suspeitas de irregularidades. A anulação foi feita por indícios de falta de capacidade técnica e financeira das empresas em honrar os compromissos. Das quatro vencedoras, apenas uma, a Zafira, é do ramo. Também arremataram o leilão uma fabricante de sorvetes, uma mercearia de bairro especializada em queijo e uma locadora de veículos.

com a Petrobras na venda de gás, acessando também sistemas de escoamento e processamento do produto. Na prática, a União passará a ter um braço próprio para a venda direta do produto, sem depender da Petrobras, apesar do governo ser o seu controlador.

Além disso, serão criadas medidas para diminuir a reinjeção de gás natural nos poços de petróleo em alto-mar e aumentar a produção para o mercado.

A reinjeção interessa às petrolíferas, pois se não for escoado por falta de consumidor, a outra alternativa seria queimá-lo, o que polui o meio ambiente e também aumenta a pressão dos campos, facilitando a extração do óleo.

Uma quarta medida é criar o Comitê de Monitoramento do Setor de Gás Natural, que será desmembrado do Comitê do Setor Elétrico, para ter maior autonomia e atuação. (EC)